

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA E NA JUSTIÇA CRIMINAL: PREMISSAS, LIMITES E MÉTODO	25
<i>Higor Vinicius Nogueira Jorge</i>	
1.1. Introdução	25
1.2. IA como ferramenta e não como decisão.....	26
1.3. Conceitos operacionais de ia com relevância jurídica	26
1.4. Moldura constitucional e parâmetros de proporcionalidade	27
1.5. De inteligência a prova: indício, evidência e prova no contexto algorítmico	27
1.6. Governança, logs e cadeia de custódia: rastreabilidade como condição....	28
1.7. IA e medidas intrusivas: o risco do efeito dominó.....	29
1.8. Controle de vies investigativo: uma cláusula de prudência	29
Considerações finais	30
Referências bibliográficas.....	30

CAPÍTULO 2

OTIMIZANDO A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL COM IA	33
<i>Patrícia Soares Godoy</i>	
Referências bibliográficas.....	40

CAPÍTULO 3

IA NO PROCESSO JUDICIAL	43
<i>William Lima Rocha</i>	
3.1. Introdução	43
3.2. Definição de ia para uso no judiciário.....	44
3.3. Aplicações da ia no judiciário brasileiro.....	45

3.3.1.	Tipos de inteligência artificial (ia) no judiciário	46
3.3.1.1.	IA para busca jurisprudencial e precedentes normativos:..	46
3.3.1.2.	IA para previsão de tempo de julgamento e identificação de fatores de risco:	47
3.3.1.3.	IA para redação de peças processuais e contratos inteligentes:.....	47
3.3.1.4.	IA para chatbots e atendimento virtual:	47
3.4.	IA e o processo judicial	48
3.4.1	- A inteligência artificial (IA) e o seu impacto no processo civil brasileiro	48
3.4.1.1.	O que é ia no processo civil.....	48
3.4.1.2.	Benefícios da ia no processo civil	48
3.4.1.3.	Exemplos de aplicação da ia no processo civil	49
3.4.1.4.	Desafios e perspectivas da ia no processo civil	50
3.4.1.5	- Aplicações da ia nas diferentes fases do processo civil:...	50
3.4.2.	O futuro do judiciário e a possível substituição do juiz pela ia....	52
3.4.2.1	- Argumentos a favor da substituição:	52
3.4.2.2	- Argumentos contra a substituição:.....	53
Conclusão		53
Referências bibliográficas		54

CAPÍTULO 4

DESAFIOS ÉTICOS E LEGAIS DA IA NA JUSTIÇA	57
<i>William Lima Rocha</i>	
4.1. Introdução	57
4.2. A inteligência artificial como aliada da justiça	58
4.2.1. Desvendando os Benefícios da IA para a Justiça	58
4.2.2. Exemplos práticos da IA em ação	59
4.2.3. – A era digital no judiciário	60
4.2.3.1. Privacidade e proteção de dados:	60
4.2.3.2. Desinformação e manipulação:	60
4.2.3.3. Inteligência artificial e algoritmos:	60
4.2.3.4. Desigualdade digital e acesso à tecnologia:	61
4.2.3.5. Impactos ambientais da tecnologia:	61
4.3. Desafios éticos e legais da inteligência artificial (IA)	61
4.3.1. Transparência e explicabilidade dos algoritmos:	62
4.3.2. Imparcialidade e Prevenção de Vieses:	62
4.3.3. Responsabilidade e accountability:	62
4.3.4. Proteção de dados e privacidade:	63
4.3.5. Acesso à justiça e inclusão digital:	63
4.3.6. Regulamentação e marco legal:	63
4.3.7. Impacto no trabalho e na carreira de profissionais do direito: ..	63

4.3.8. Debates éticos e reflexões filosóficas:.....	64
4.3.9. Enfrentando os desafios da ética digital:.....	64
4.4. Desvendando as vantagens da ia no sistema judicial brasileiro	65
Conclusão	67
Referências bibliográficas	67

CAPÍTULO 5

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PROTEÇÃO DE DADOS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PERSECUÇÃO CRIMINAL –	71
<i>Marcos Vinícius Alves e Silva Filho</i>	
5.1. Introdução	71
5.2. Inteligência artificial: delimitação conceitual e o uso na segurança pública e na justiça criminal	73
5.3. Proteção de dados e a inteligência artificial.....	76
5.3.1 Legislação brasileira de proteção de dados e o direito comparado	77
5.3.2 Impactos da ia sobre a proteção de dados pessoais na seara criminal	79
5.4. Considerações finais	82
Referências bibliográficas.....	83

CAPÍTULO 6

TREINAMENTO E VIÉS EM SISTEMAS DE IA	85
<i>Ilício Francisco Júnior</i>	
6.1. Aprendizado de máquina.....	85
6.1.1 Aprendizado supervisionado	86
6.1.2 Treinamento, validação e teste de modelos.....	86
6.1.3 Explicabilidade de modelos de inteligência artificial.....	88
6.2. Viés em inteligência artificial.....	89
6.2.1 Inteligência artificial generativa em uma visão de justiça social	90
6.2.2 Viés em modelos de ia generativa.....	91
6.2.3 O potencial de injustiça com detectores de ia.....	94
6.2.4 Mitigação de Viés em Inteligência Artificial	94
Referências bibliográficas.....	95

CAPÍTULO 7

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À LAVRATURA DE AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE	99
<i>Sérgio Bautzer</i>	

7.1.	Introdução	99
7.2.	A captação de dados e o histórico da ocorrência policial	100
7.2.1	“Notitia Criminis”	101
7.2.2	O registro da ocorrência policial com o uso da IA	101
7.3.	Os prompts utilizados na elaboração de peças policiais (situações não flagranciais): portarias, despachos de indiciamento e relatórios finais....	102
7.3.1	Portaria de instauração de inquérito policial	102
7.3.2	Despacho de indiciamento.....	103
7.3.3.	Relatório final de conclusão de inquérito policial	104
7.3.4.	Síntese do método	104
7.4.	Aspectos técnicos e operacionais da integração com a ia (lavratura de APF).....	104
7.5.	Impactos administrativos e processuais na polícia judiciária	105
7.6.	Reflexões éticas e jurídicas sobre o uso da inteligência artificial.....	106
7.7.	Perspectivas futuras e consolidação da prática	106
	Conclusão	107

CAPÍTULO 8

O FUTURO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	109
---	------------

Denize dos Santos Ortiz

8.1.	Introdução	109
8.2.	Aplicação da inteligência artificial na segurança pública e justiça	110
8.3.	Automação de tarefas administrativas.....	114
8.3.1.	Gerenciamento de documentos.....	115
8.3.2.	Agendamento e calendário.....	115
8.3.3.	Gestão de casos.....	115
8.3.4.	Análise de petições e documentos	115
8.3.5.	Triagem de processos	115
8.3.6.	Análise de riscos	115
8.3.7.	Recomendações de sentenças	116
8.3.8.	Assistência jurídica virtual	116
8.3.9.	Mediação online	116
8.3.10.	Monitoramento de desempenho	116
8.3.11.	Análise de dados estatísticos.....	116
8.4.	Prevenção de crimes.....	116
8.4.1.	Processamento avançado de dados.....	117
8.4.2.	Identificação de padrões criminais	118
8.4.3.	Previsão de ocorrências.....	118
8.4.4.	Identificação de comportamentos suspeitos	118
8.4.5.	Alertas de segurança.....	118

8.4.6.	Análise de vídeo.....	118
8.4.7.	Reconhecimento de padrões.....	118
8.4.8.	Sistemas integrados de informação.....	118
8.4.9.	Comunicação eficiente.....	119
8.5.	Investigação criminal.....	119
8.5.1.	Processamento de grandes volumes de dados.....	119
8.5.2.	Identificação de suspeitos.....	119
8.5.3.	Monitoramento de áreas públicas.....	120
8.5.4.	Verificação de identidade.....	120
8.5.5.	Identificação de voz.....	120
8.5.6.	Análise de conteúdo.....	120
8.5.7.	Detecção de fraudes.....	120
8.6.	Administração do sistema judiciário.....	121
8.7.	Privacidade e proteção de dados.....	122
8.7.1.	Responsabilidade e transparência.....	122
8.7.2.	Desafios associados a falta de transparência.....	123
8.7.2.1.	Caixas pretas.....	123
8.7.2.2.	Violação de direitos.....	123
8.7.2.3.	Dificuldade de responsabilização.....	123
	Considerações finais.....	124
	Referências bibliográficas.....	124

CAPÍTULO 9

PREPARANDO-SE PARA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL		127
<i>Joaquim Leitão Júnior</i>		
9.1.	Introdução	127
9.2.	Automatização ou automação de investigações policiais	131
9.2.1.	Benefícios da automação	137
9.3.	A inteligência artificial empregada no policiamento ostensivo e preventivo.....	138
9.4.	Fluxo de trabalho automatizado	139
9.5.	Rotina de trabalho automatizado	139
9.6.	Reconhecimento facial.....	140
9.7.	Reconhecimento de impressões digitais.....	141
9.8.	Reconhecimento de voz	143
9.9.	Caseboard.....	144
9.10.	Biometria	144
9.11.	Análises de dados não estruturados por meio de inteligência artificial.....	145
9.12.	Reconhecimento de tatuagens.....	145
9.13.	Anonimização de dados	146
9.14.	Jurimetria nas investigações policiais	148

Das considerações finais	148
Referências bibliográficas	149

CAPÍTULO 10

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A SEGURANÇA PÚBLICA NAS CIDADES INTELIGENTES: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	153
---	------------

Kássia Regina Poersch

10.1. Introdução	153
10.2. Cidades inteligentes e segurança pública: indicadores estratégicos	155
10.3. A aplicabilidade dos recursos da inteligência artificial na autuação da segurança pública em cidades inteligentes: desafios para implantação ...	159
10.4. Aspectos jurídicos ponderáveis acerca do uso da inteligência artificial (IA) sobre dados de cidadãos pela segurança pública	163
Considerações finais	165
Referências	165

CAPÍTULO 11

A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DE DADOS DO USUÁRIO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS	169
---	------------

Antonio Carlos Munuera Silveira

11.1. Introdução	169
11.2. As plataformas digitais e seu poder de influência sobre os usuários....	170
11.3. A extração dos dados pelo big data	171
11.4. O consentimento deficitário do usuário	173
11.5. A finalidade da proteção dos dados para além da exploração econômica	176
11.6. A influência do sistema europeu na lei geral de proteção de dados e suas principais diferenças	177
11.7. A necessidade de maior proteção de dados do usuário das plataformas digitais	181
Conclusão	181
Referências	182

CAPÍTULO 12

IA APLICADA À INTELIGÊNCIA POLICIAL E À OSINT: ANÁLISE DE REDES, TRIANGULAÇÃO E LIMITES JURÍDICOS	185
--	------------

Higor Vinicius Nogueira Jorge

12.1.	Introdução	185
12.2.	la como acelerador do ciclo de inteligência: coleta, processamento, análise e disseminação.....	186
12.3.	Osint com método: documentação, reprodutibilidade e prudência inferencial	187
12.4.	Análise de vínculos: grafos, entidades, eventos e correlação (sem “narrativa pronta”)	187
12.5.	Limites entre fonte aberta e intrusão: onde a técnica não autoriza o abuso.....	188
12.6.	Minimização e finalidade no tratamento de dados: reduzir dano colateral.....	189
12.7.	Controle de viés investigativo (CVI): hipótese principal, hipótese alternativa e teste.....	189
12.8.	Produtos de inteligência x produtos probatórios: o que entra (e como entra) no processo	190
12.9.	Monitoramento de risco concreto vs. Catalogação de opiniões: recortes legítimos.....	190
12.10.	Integração federativa e interoperabilidade: padrão, qualidade e controle....	191
12.11.	Protocolos internos: checklists curtos de legalidade, registro e auditoria	191
	Considerações finais	192
	Referências (ABNT – sistema autor-data).....	193